

BRASIL E CHINA: OPOSIÇÃO OU CONTRADIÇÃO?¹

Carlos Humberto de A. SPINELLI²

RESUMO: Em um período de crise sistêmica, a China estaria ocupando espaços econômicos na economia-mundo capitalista e, com base na sua estratégia “Confuciana”, tentando se tornar um novo núcleo hegemônico? A sua impetuosa ascensão econômica traz consigo uma nova configuração da geopolítica mundial, uma vez que a sua consolidação como grande produtora e exportadora de produtos manufaturados trouxe grandes desafios para todos os países, principalmente para as economias em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. A identidade compartilhada entre países em desenvolvimento confere ao Brasil e à República Popular da China interesses similares no comércio internacional e fortalece os elementos que compõem a relação bilateral, consolidando o caráter estratégico desta parceria. Esta pesquisa, em andamento, tem como objetivo analisar as relações comerciais entre Brasil e China, investigando que ameaças e benefícios se configuram para um país como o nosso nesse momento de desorganização e possível reorganização da ordem econômica e política mundial. Com a utilização de Teorias do Comércio Internacional, da abordagem histórica da Economia Política dos Sistemas-Mundo e dos Ciclos de Kondratieff, será possível investigar os possíveis entraves e oportunidades desse processo, observando suas contradições.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil e China, Economia-Mundo, Exportações, Importações, Competitividade, Manufaturados.

ABSTRACT: In a period of systemic crisis, China would be taking up economic spaces in the capitalist world-economy, and its strategy based on “Confucian”, trying to become a new hegemonic core? His impetuous economic rise brings a new configuration of global geopolitics, since its consolidation as a major producer and exporter of manufactured goods brought great challenges to all countries, especially for developing economies such as Brazil. The shared identity among developing countries gives Brazil and the People’s Republic of China similar interests in international trade and strengthens the elements of the bilateral relationship, consolidating the strategic nature of this partnership. This research in progress, aims to analyze trade relations between Brazil and China, investigating threats and benefits that are configured for a country like ours at this moment of disorganization and possible reorganization of the economic and political world. Using the Theories of International Trade, the historical approach of the Political Economy of World Systems and the Kondratieff cycles, you can investigate the possible obstacles and opportunities of this process, noting their contradictions.

KEYWORDS: Brazil and China, the World-Economy, Exports, Imports, Competitiveness and Manufactures.

1 INTRODUÇÃO

Em um período de crise sistêmica, a China estaria ocupando espaços econômicos na economia-mundo capitalista e, com base na sua estratégia “Confuciana”, tentando tornar-se um novo núcleo hegemônico? Uma pergunta impertinente, visto que sua impetuosa ascensão econômica traz consigo uma nova configuração da geopolítica

¹ Artigo publicado no evento VI Colóquio de Economia Política dos Sistemas-Mundo, realizado nos dias 26 – 29 de agosto de 2012 na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília/SP na categoria de anais eletrônico.

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na linha de “Relações Internacionais e Desenvolvimento”, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília/SP. E-mail: spinelli_eco@hotmail.com

mundial. A sua consolidação como grande produtora e exportadora de produtos manufaturados trouxe grandes desafios para todos os países, principalmente para as economias em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. A identidade compartilhada entre países em desenvolvimento confere ao Brasil e à República Popular da China interesses similares no comércio internacional e fortalece os elementos que compõem a relação bilateral, consolidando o caráter estratégico desta parceria.

As alterações ocorridas na estrutura do sistema internacional intensificaram o anseio sobre o seu reordenamento, no sentido de permitir uma maior participação dos países em desenvolvimento e minimizar os constrangimentos advindos da estrutura hegemônica de poder. Frente à crescente interdependência entre os Estados e a dominação do diálogo Norte-Sul pelos países desenvolvidos, tornou-se latente a necessidade de promover a multipolarização, a aproximação dos países em desenvolvimento e a elevação do *status* destes países (GUIMARAES, 2002; SHANG, 1999).

Esta pesquisa, em andamento, tem como objetivo analisar as relações entre Brasil e China, investigando que ameaças e benefícios se configuram para um país como o nosso nesse momento de desorganização e possível reorganização da ordem econômica e política mundial. Uma vez que, assumindo a posição de primeiro parceiro comercial do Brasil no mundo, a China vem provocando apreciações, especulações, explicações, todas em busca de responder a uma questão principal: qual a natureza das relações bilaterais? Nessa etapa serão discutidas as semelhanças e diferenças entre o Brasil e a China do ponto de vista econômico.

O trabalho procura identificar conceitos e elementos chave da análise dessa relação. Para isso, algumas abordagens serão usadas para buscar responder a essas indagações, são elas: Teorias de Comércio Internacional, os Ciclos de Acumulação e a abordagem histórica da Economia Política dos Sistemas-Mundo. Através delas será possível investigar os possíveis entraves e oportunidades desse processo, observando suas contradições. O trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, o item 2 apresenta as principais ideias e conceitos a respeito das Teorias de Comércio Internacional; a sessão 3 procura explanar brevemente as principais ideias dos Ciclos de Acumulação (Kondratieff e Arrighi); a sessão 4 apresenta as relações entre Brasil e China; e, finalmente, a sessão 5 apresentará as conclusões.

2 AS TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

A percepção destacada e mais importante de toda a economia internacional é a de que existem ganhos de comércio, quando os países ao venderem bens e serviços uns aos outros, essa troca resulta quase em um benefício mútuo. É ampla a multiplicidade de circunstâncias sobre as quais o comércio internacional é benéfico, no entanto, esses

ganhos nem sempre são positivos, as teorias do comércio internacional nos permitem identificar em quais casos o comércio é benéfico e em quais não.

2.1 AS TEORIAS CLÁSSICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Em 1776, numa reação direta ao protecionismo engajado no exclusivismo metropolitano, ainda vigente em muitas regiões no mundo, Adam Smith publica “*A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas*”. Neste livro, são delineadas as diretrizes de como deveria se dar o comércio entre nações e nele se observam as cruciais diferenças entre Smith e os Mercantilistas.

Com base na divisão do trabalho, Smith formulou a famosa teoria conhecida como **Vantagens Absolutas**. A idéia básica partia, segundo Salvatore (1999), de que cada país deveria se especializar e produzir um determinado produto (*commodity*) onde se desenvolveria uma vantagem específica e trocar parte de sua produção pelo produto (*commodity*) que produzissem com menor desvantagem absoluta. Os custos de produção se diferenciariam conforme a produtividade, ou seja, haveria uma diferença entre o quanto se produzia e os insumos usados em tal produção.

A negociação no comércio internacional se descreveria através da ampliação do conceito de “divisão social do trabalho”, que, para as produções nacionais agregadas determinaria uma “divisão internacional do trabalho” (tendo como base a mesma especialização de uma sociedade nacional), onde cada ação tomada contribuía para o aumento do bem-estar das populações. Neste caso, um país tem uma vantagem absoluta na produção de uma mercadoria relativa a outro país se sua produção puder alcançar um custo menor ou uma maior produtividade. Conseqüentemente, o país em questão se beneficiaria ao se especializar na produção e exportação da mercadoria de menor custo e/ou produtividade, importando outras mercadorias necessárias ao seu consumo interno, que não gozassem das vantagens absolutas de sua mercadoria exportável.

Porém, apesar de se mostrarem verdadeiras, os entendimentos acerca das Teorias de Vantagens Absolutas, no entanto, não podem ser aplicadas no mundo real. Segundo Salvatore (2000), a maior parte do comércio mundial, principalmente o comércio entre países desenvolvidos, não pode ser explicadas pelas vantagens absolutas. E ainda, segundo Rainelli (1998), a teoria apresentava uma grande limitação, visto que, se uma nação não apresentasse nenhuma vantagem absoluta, não poderia participar do comércio.

As idéias de Adam Smith formaram a base da tese de comércio internacional desenvolvida pelo economista inglês David Ricardo em 1817, que formulou o **Modelo das Vantagens Comparativas**, também chamada de Teoria dos Custos Comparativos.

Ricardo argumentava que um determinado país não precisaria possuir uma vantagem absoluta na produção de qualquer mercadoria para que o comércio internacional se tornasse mutuamente benéfico entre os envolvidos. Vantagem absoluta significaria maior eficiência de produção ou uso de menos trabalho na produção. Dois países poderiam beneficiar-se com o comércio, na medida em que, cada um obtivesse uma vantagem comparativa na produção. Por vantagem comparativa subentende-se, simplesmente, que a razão entre o trabalho incorporado nas mercadorias dos países envolvidos poderia diferir entre eles. Desse modo cada um dos países envolvidos poderia ter, pelo menos, uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado fosse menor do que a do outro, isto é, menor custo de oportunidade para produção de uma mercadoria³.

De acordo com autores Maia (2001) e Gonçalves *et al.* (1998), a teoria proposta por Ricardo não explica o comércio internacional contemporâneo, visto que não avalia a distinção dos produtos, os rendimentos crescentes de escala e o papel desempenhado pela tecnologia. Além disso, a Teoria das Vantagens Comparativas pressupõe que haja apenas um fator de produção, que o comércio seja entre dois países, que os custos de transporte sejam iguais a zero e que a Balança comercial esteja sempre equilibrada.

2.2 AS TEORIAS NEOCLÁSSICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

A teoria sugerida pelos economistas suecos Eli Hecksher e Bertil Ohlin em 1930, analisa as vantagens comparativas sob a ótica neoclássica da teoria do valor-utilidade e descreve uma nova forma de visualizar o intercâmbio comercial a partir da

³ Exemplo: Suponha, que a relação entre as produções das mercadorias A e B no país X é 10, ou seja, a mesma combinação de fatores (capital/trabalho) produz, no país X, 1 (uma) unidade da mercadoria A e 10 unidades da mercadoria B. Suponha ainda, que no país Y esta mesma relação para a produção das mercadorias A e B esteja em 5, ou seja, a mesma combinação de fatores (capital/trabalho) produz, no país Y, 1 (uma) unidade da mercadoria A e 5 unidades da mercadoria B. Portanto, em tabela, a produção total dos dois países, ainda sem o comércio internacional entre eles, seria de:

	Mercadoria A	Mercadoria B	
País X	1	10	(1/10 de A)
País Y	1	5	(1/5 de A)
Total de A e B (em X e Y)	2	15	

Agora imagine que o país X se especialize na produção da mercadoria B já que, a dispensa de fatores de produção de 1 (uma) unidade mercadoria A, neste país, proporciona a produção de mais 10 unidades da mercadoria B. Da mesma forma, imagine que o país Y se especializa na produção da mercadoria A já que, a dispensa de fatores de produção de 1/5 unidades de mercadoria B, neste país, proporciona a produção de mais 1 (uma) unidade da mercadoria A. Desse modo, o somatório todas das mercadorias A e B produzido nos dois países seria:

	Mercadoria A	Mercadoria B
País X	0	20
País Y	2	0
Total de A e B (em X e Y)	2	20

Observa-se que a produção total, nos dois países, da mercadoria A não aumentou nem diminuiu, enquanto que a produção total da mercadoria B aumentou em 20 unidades, o que justifica o comércio destes produtos entre os países X e Y.

oferta de fatores produtivos e da intensidade com que estes fatores são utilizados na produção em diferentes países.

Segundo Williamson (1998) e Salvatore (1999), o Teorema de Hecksher-Ohlin pode ser resumido da seguinte forma: cada país exportará a *commodity* intensiva em seu fator abundante de produção e importará a *commodity* que exija a utilização de seu fator escasso e maior custo de produção.

A grande diferença entre a Teoria Clássica e a Neoclássica do Comércio Internacional, em acordo com Brum (2002) e Ferrari Filho (1997), é que os neoclássicos saem do modelo ricardiano, de um único fator de produção, para uma análise que engloba o conjunto dos fatores de produção, sua intensidade de utilização e sua interação entre os recursos de produção, bem como a tecnologia adotada na produção pelos diferentes países.

Os pressupostos da Teoria de Hecksher-Ohlin são: a) a função de produção é homogênea, o que implica em igualdade das funções de produção dos países⁴; b) as proporções dos fatores capital (K) e mão de obra (L) são fixas; c) os fatores são plenamente empregados; d) existe mobilidade perfeita dos fatores em cada nação e, há imobilidade internacional dos fatores o que explica a diferenciação dos custos e preços internacionais; e) a estrutura de mercado é de concorrência perfeita e não existem custos de transportes. Com base nessas hipóteses, cada país exportará as mercadorias intensivas no fator de produção abundante em sua economia, importando dos demais países aqueles produtos intensivos no fator de produção escasso em seu país (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001).

A partir daí se supõe que os países tendem a exportar os bens produzidos com o emprego intensivo de fatores que eles possuem em abundância e importam os produtos que utilizam de forma intensiva os fatores de produção que para eles são raros.

3 AS TEORIAS DOS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E AS ONDAS LONGAS

Ondas longas são primordialmente um reflexo temporal dos processos competitivos da economia capitalista mundial. Baseando-me livremente em Schumpeter, vou supor que a intensidade da competição na economia capitalista varia no tempo, de acordo com o equilíbrio sempre mutável entre forças do costume e as forças de inovação (ARRIGHI, 1997, p. 19).

3.1 KONDRATIEFF E OS CICLOS LONGOS

Nicolai Kondratieff (1892-1938) deu início às teorias dos chamados ciclos de Kondratieff entre os anos 1920 e 1930. Os Ciclos Longos são ondas de duração de 50 a 60 anos, resultantes de sólidos investimentos ou de depreciação em: infraestrutura,

⁴ Os processos produtivos apresentam retornos constantes de escala, os fatores de produção podem ser substituídos entre si e apresentam produtividade marginal decrescente (SALVATORE, 2001).

indústrias, ferrovias, saneamento básico, portos, construção civil, canais, etc; divididas em fases A – caracterizada por superinvestimentos em bens de capital - de expansão, e B – processo de depreciação -, de depressão. Surgiram a partir da revolução industrial e propagam a combinação entre novos paradigmas tecnológicos e organizacionais e suas conseqüências sobre a taxa de lucro.

Nas palavras de Arrighi,

As transações da fase B para a A podem ser explicadas pelo fato de a competição ‘excessiva’, mais cedo ou mais tarde, suscitar tendências compensadoras que, ao longo do tempo, se cristalizam num novo conjunto de acordos que se tornarão costumeiros. As transações da fase A para a B, por sua vez, podem ser explicadas pelo fato de os acordos costumeiros refletirem tréguas na luta competitiva, mas não eliminarem (sendo que podem realmente aumentar) a tendência que os excedentes têm de se acumular desigualmente entre as empresas. Mais cedo ou mais tarde, essa acumulação desigual gera uma nova rodada de competição que progressivamente destrói o padrão existente de relações insumo-produto e cria novas relações (Arrighi, 1997, p. 22).

A principal característica do ciclo não é apenas o processo econômico, mas também o social. Os ciclos representavam, para Kondratieff, épocas do desenvolvimento do capitalismo. Ele não tinha a intenção de constituir ou colocar os fundamentos de uma Teoria apropriada dos ciclos longos, mas somente de provar a sua existência a partir de evidências empíricas presentes e expressas na história. Com esse propósito, ele catalogou informações e dados de quase todos os países, principalmente da França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, procurando demonstrar, empiricamente, que os mecanismos e leis que condicionam as longas ondas são provenientes de: modificações técnicas; guerras e revoluções; assimilação de novos países dentro da economia mundial e flutuações na produção de ouro (KONDRATIEFF *apud* PIRES, 1996).

Kondratieff, segundo Pires (1996), baseou suas hipóteses analisando o desempenho de variáveis econômicas e sua dinâmica, realizando, ao longo dos anos, a análise do movimento médio das séries e indicadores de: investimentos de bancos; taxas de juros; preço de mercadorias; mudanças demográficas; exportação e importação; total do comércio exterior, etc. Considerando impossível fixar precisamente os anos que assinalam o momento decisivo dos ciclos longos, Kondratieff, recorrendo a um método estatístico para analisar esses dados, averiguou que suas tentativas de periodização incorriam num erro de 5 a 7 anos na determinação dos anos de tais tendências, e concluiu que os limites destes ciclos podiam, contudo, ser representados como sendo aqueles mais prováveis (Quadro 1).

Quadro 1: Ciclos Longos de Kondratieff

CICLOS LONGOS	FASES “A”,EXPANSÃO (PRIMAVERA, VERÃO); “B” DECLÍNIO (OUTONO E INVERNO)
Primeira onda longa	1ª A expansão durou do fim dos anos 1780 ou começo dos anos de 1790 até 1810-17;
	2ª O declínio durou de 1810-17 até 1844-51;
Segunda onda longa	1ª A expansão durou de 1844-51 até 1870-1875;
	2ª O declínio durou de 1870-75 até 1890-1896;
Terceira onda longa	1ª A expansão durou de 1890-1896 até 1914-20;
	2ª O declínio provável começou nos anos de 1914-20.

Fonte: KONDRATIEFF *apud* Pires (1996).

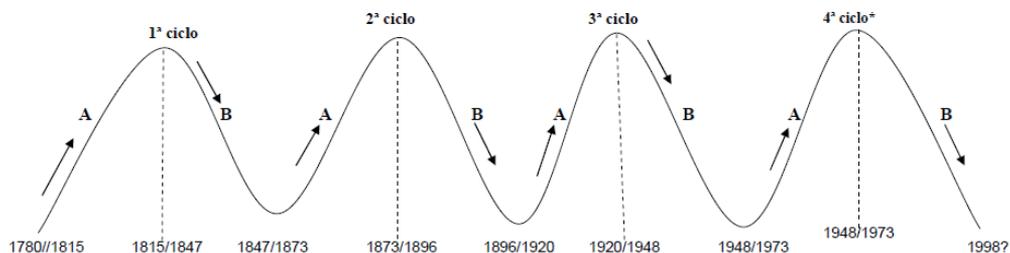
Ao analisar a natureza dos ciclos longos, do ponto de vista das alterações nas técnicas de produção, Kondratieff observou que as simetrias do processo ajudam a estabelecer algumas regras empíricas para o movimento das ondas longas. E dentro deste ponto de vista, Kondratieff revelou o papel das modificações nas técnicas nos ciclos longos. Segundo Kondratieff *apud* Pires (1996), modificações nas técnicas têm, sem dúvida, um papel muito dominante sobre o curso do desenvolvimento do capitalismo. Mas ninguém provou que elas têm uma origem acidental e externa. Deste modo, modificações nas técnicas de produção presumem que relevantes descobertas e invenções científicas foram feitas e que é economicamente viável usá-las.

As modificações técnicas representam o mecanismo desencadeador do desenvolvimento tecnológico capaz de criar novas oportunidades econômicas e, sendo assim, gerar a expansão econômica dos setores produtivos com mercados saturados ou em recessão. Para ele, de igual modo, as guerras e as revoluções são conseqüências dos ciclos longos e resultam da luta por mercado e matéria prima, da distribuição dos frutos do crescimento e da expansão econômica (KONDRATIEFF *apud* ARAÚJO, 2001).

Por conseguinte, as conclusões a que chega com base no seu levantamento estatístico de Kondratieff, podem ser resumidas da seguinte forma (Gráfico 1): a) Os movimentos das séries estatísticas mostram grandes ciclos e estas oscilações cíclicas se manifestaram em períodos quase iguais em todas as séries examinadas; b) Nas séries de preço, os grandes ciclos surgem como um movimento ao redor do nível médio. E para as séries cujo movimento assinala uma tendência secular, os ciclos aceleram ou retardam a velocidade do crescimento; c) Os pontos de máximo e mínimo das séries examinadas correspondem mais ou menos com exatidão; d) Aparecem três grandes ciclos: 1º) Fase de expansão, entre 1780-90 até 1810-17; fase de declínio, entre 1810-17 até 1844-51. 2º) Fase de expansão, entre 1844-51 até 1870-75; fase de declínio, entre 1870-75 até

1890-96. 3º) Fase de expansão, entre 1890-96 até 1914-20; a fase de declínio entre 1914-21; e) Algumas séries estatísticas não evidenciaram as oscilações longas, sendo que para Kondratieff não era essencial que os grandes ciclos compreendessem todas as séries; f) As grandes oscilações são internacionais e os períodos dos ciclos têm grande correspondência para os países europeus.

Gráfico 1: Ciclos de Kondratieff



Fases: A – expansão (primavera, verão); B – depressão (outono e inverno).

Fonte: Gráfico a partir de Pires (1996) e Faria (2000)

Em seguida, Kondratieff adverte algumas hipóteses gerais a que chegou, tendo por base a pesquisa do material histórico relativo ao desenvolvimento da vida social e econômica em seu conjunto, ressaltando que estas só têm modo empírico e não constituem em si a explicação dos ciclos longos.

3.2 ARRIGHI E OS CICLOS DE ACUMULAÇÃO

Os ciclos sistêmicos de acumulação, ao contrário da logística de preços e dos ciclos de Kondratieff, são, portanto, fenômenos intrinsecamente capitalistas. Apontam para uma continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos. Mas também constituem rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos (ARRIGHI, 1994, p. 8).

No vestígio de Braudel, Giovanni Arrighi (1994) busca operacionalizar o estudo dos fenômenos econômicos e sociais por meio dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Tais ciclos representam a construção sintética que compreende a tentativa de encontrar padrões de recorrência ou movimentos seculares ao longo da história da economia-mundo capitalista.

Para Arrighi, o processo de geração e desenvolvimento do capitalismo ocorreu a partir de uma trajetória caótica, isto é, não linear, inserido em estruturas inalteráveis e relações permanentes. Existia um dinamismo concomitantemente contínuo (longa duração) e descontínuo – devido às inovações nas estruturas e relações (ARIENTI e FILOMENO, 2007).

A ideia surge da interpretação braudeliana com respeito às características essenciais da história do capitalismo, qual seja, a flexibilidade ilimitada e a capacidade de mudança e de adaptação (BRAUDEL, 1982 *apud* ARRIGHI, 1994, p. 4). Além disso, Arrighi recorre ao esquema (D-M-D') de Marx para propor uma análise da relação da flexibilização do capital, a partir da caracterização da expansão financeira e, com isso, criar o conceito de Ciclo Sistêmico da Acumulação. Arrighi afirma:

O aspecto central deste padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dédidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (ARRIGHI, 1994, p. 6).

Deste modo, cada Ciclo Sistêmico de Acumulação é constituído por uma fase de expansão material, na qual a esfera produtiva representa a maior parcela de reprodução do capital, e uma fase de expansão financeira, na qual o setor financeiro é responsável pela maior parcela de acumulação do capital. Em outras palavras,

as expansões financeiras são tomadas como sintomáticas de uma situação em que o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto as negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista. (ARRIGHI, 1994, p. 8).

Sendo assim, a ideia de ciclos sistêmicos de acumulação remete a momentos distintos ao longo da história de regimes de acumulação do capitalismo, em que o arranjo destes regimes era dado da seguinte maneira: fases de ascensão, desenvolvimento e fim. E cada um deles tinha uma nação hegemônica no centro desse processo. Desta forma, Arrighi identificou a existência de quatro Ciclos Sistêmicos de Acumulação ao longo da história de desenvolvimento do capitalismo:

Cada qual caracterizado por uma unidade fundamental do agente e estrutura primários dos processos de acumulação de capital em escala mundial: um ciclo genovês, do século XV o início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira (ARRIGHI, 1994, p. 6).

O importante aqui é entender que a proposta de Arrighi de adoção dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação deriva diretamente da idéia braudeliana do capitalismo como a camada superior, “não especializada”, da hierarquia do mundo do comércio⁵.

É só por adotar esta perspectiva de análise braudeliana que Arrighi consegue sustentar a tese da recorrência dos ciclos sistêmicos de acumulação. Pois, segundo o autor, é na camada superior, e a partir da própria existência dela, que o capitalismo tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para outras atividades. (ARRIGHI, 1994). Esta capacidade de mutação e flexibilidade marca os momentos de mudança dos ciclos sistêmicos em busca de formas de superação de condições limites no que tange à acumulação. Segundo Arrighi, foi assim deste a Idade Média até os dias atuais.

Desde o início as expansões e reestruturações da economia capitalista mundial ocorrem a partir da liderança de comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais que se posicionam de forma vantajosa em relação a outros agentes. Assim tem-se o que Arrighi chama de regimes de acumulação em escala mundial, que seriam as estratégias e estruturas mediante as quais aqueles agentes promovem, organizam e regulam a expansão da economia mundial. O objetivo dos ciclos sistêmicos é exatamente descrever a formação, consolidação e desintegração desses regimes.

4 AS RELAÇÕES BRASIL E CHINA

Ao considerar os desafios para a ordem internacional de hoje, o Brasil e a China são muitas vezes vistos como parceiros. A maioria dos analistas e políticos consideram esses dois gigantes como potências emergentes que estão cada vez mais se inserindo na arena internacional, em fóruns como os BRICs, o G20 (grupo de nações em desenvolvimento na Rodada Doha da OMC), e do BASIC (Brasil, Sul África, Índia e China agrupamento em negociações sobre mudança climática).

Mas, é no intercâmbio comercial que as relações bilaterais têm fortalecido na última década. Impulsionado pelo impressionante crescimento econômico, a demanda chinesa por recursos naturais levou o preço das commodities para registro e altos níveis, um processo que muito beneficiou a economia do Brasil. Nos dois primeiros trimestres de 2010, a China se tornou o comprador número um das exportações brasileiras, à frente dos Estados Unidos, e fonte número dois das importações brasileiras, atrás dos

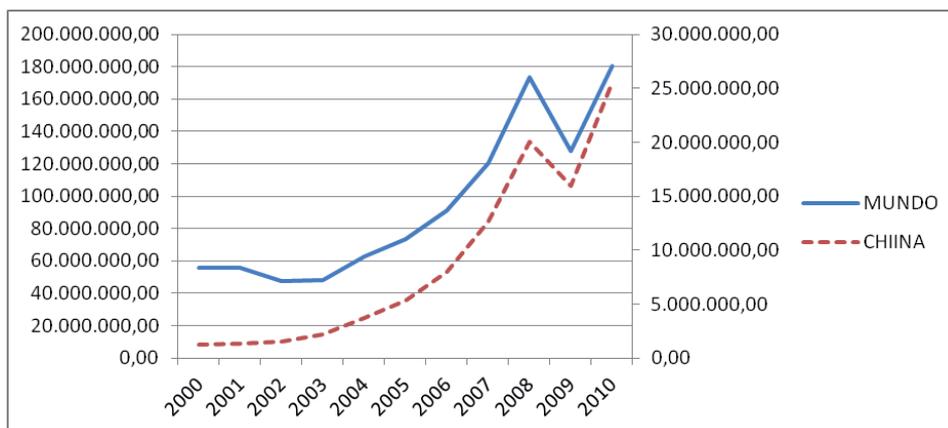
⁵ A base da estrutura analítica proposta por Arrighi reside da obra de Fernand Braudel, “*Civilização Material, Economia e Capitalismo*” (1995). A partir dela, Arrighi extrai ideias fundamentais que podem ser destacadas em sua obra “*O Longo Século XX*” e que contribuíram para a construção do conceito de Ciclo Sistêmico de Acumulação (CSA). Por meio da concepção braudeliana, Arrighi aceita a concepção de uma economia mundial estruturada em três camadas: o da produção material (vida material), o da circulação ou do mercado (economia de mercado), e o das altas finanças (o “antimercado” ou capitalismo).

Estados Unidos. Globalmente, em termos de fluxos comerciais totais, a China é o principal parceiro comercial do Brasil⁶.

AS RELAÇÕES COMERCIAIS

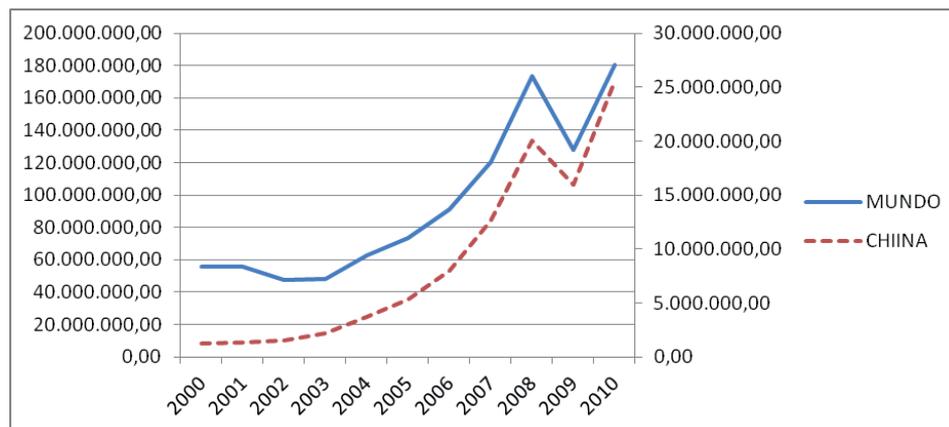
As relações comerciais Brasil-China, entre 2000 e 2010, tiveram crescimento superior à elevação do comércio entre o Brasil e o mundo. Entre 2000 e 2010, as exportações brasileiras para a China elevaram-se de US\$ 1,1 bilhão – 2% do total das exportações do Brasil – para US\$ 30,8 bilhões – 15% do total, ao passo que as importações brasileiras da China cresceram de US\$ 1,2 bilhão – 2% do total – para US\$ 25,6 bilhões – 14% do total (Gráfico 2 e 3). Ao longo dessa década, o saldo foi positivo para o Brasil em seis anos.

Gráfico 2: Exportações brasileiras para o mundo e para a China (US\$ bilhões)



Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

Gráfico 3: Importações brasileiras do mundo e da China (US\$ bilhões)

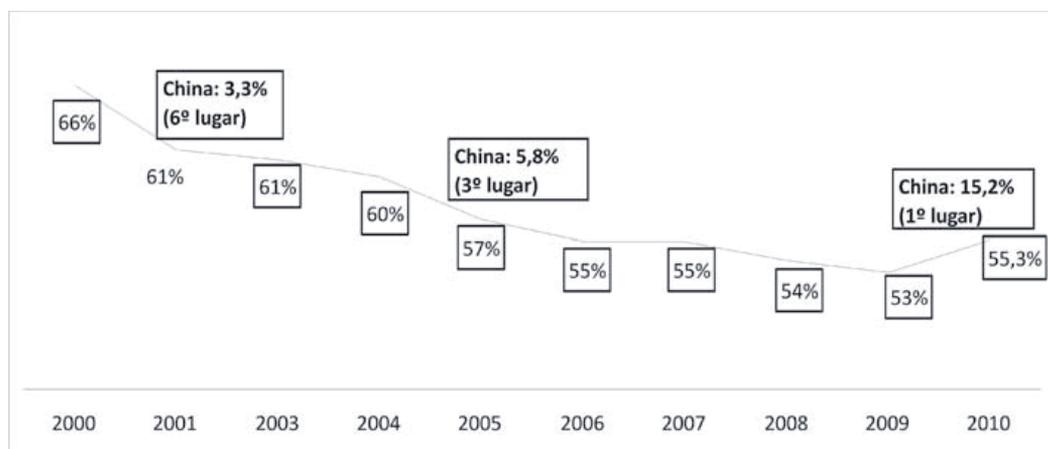


Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

⁶ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), <www.desenvolvimento.gov.br>.

Em termos de participação, a ascensão da China como parceiro comercial tem surpreendido. Em 2000, os 10 principais destinos das exportações brasileiras eram em ordem decrescente: Estados Unidos, Argentina, Holanda, Alemanha, Japão, Itália, França, Bélgica, México e Reino Unido, os quais respondiam por 66% das exportações brasileiras totais (Gráfico 4). Em 2010 esse quadro apresentou duas mudanças importantes: i) uma maior desconcentração geográfica, com os 10 maiores destinos das exportações contabilizando 55,3%; e ii) a confirmação da China como maior destino das exportações brasileiras – posição alcançada já em 2009 quando deslocou os Estados Unidos – absorvendo 15,2% do total exportado pelo Brasil.

Gráfico 4: Participação dos 10 principais países de destino das exportações brasileiras



Fonte: UNComtrade. Elaboração Própria.

Bem como nas exportações, a China tem avançando desde 2001 como um dos principais países de origem das importações brasileiras. Os três maiores parceiros – Estados Unidos, Argentina e Alemanha – têm diminuído suas participações. As compras de produtos oriundos da China têm crescido a um ritmo elevado: em 2001 o Brasil importou do país oriental US\$ 1,31 bilhão. Em 2010 as importações somaram mais de US\$ 25 bilhões. Espera-se que em 2011 a China assuma também a primeira posição nas importações brasileiras.⁷

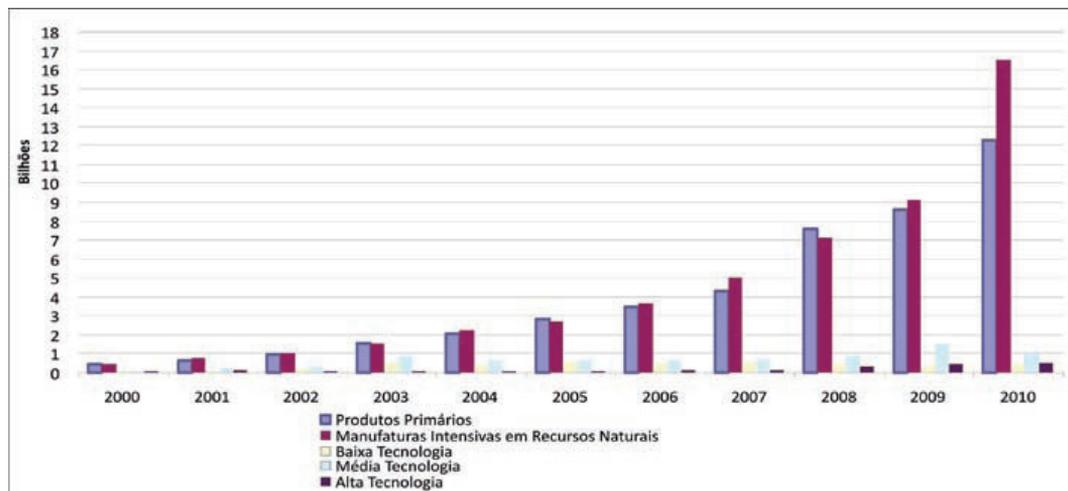
Contudo, a pauta de exportações brasileiras vem se concentrando em produtos básicos. Entre 2000 e 2009, os produtos básicos passaram de 68% para 83% da pauta. Os produtos que apresentaram a maior participação das exportações, em 2010, foram minérios (40%), oleaginosas (23%) e combustíveis minerais (13%), que juntos responderam por 76% das exportações brasileiras (Gráfico 5). Pode-se afirmar que ao longo dos últimos 10 anos, para cada dólar que o Brasil adquire de suas exportações para

⁷ United Nations Commodity Trade Statistics Database, 2010.

China, 87 centavos vêm de produtos primários e de manufaturas intensivas em recursos naturais, 7 dos produtos de média intensidade tecnológica e apenas 2 centavos das vendas de produtos de alta tecnologia. Os produtos brasileiros que detêm participações significativas no total das importações chinesas são: fumo (46%), oleaginosas (35%), preparação de hortícolas e frutas (21%), minérios (19%) e pasta de madeira e celulose (12%) (THORSTENSEN, 2011).

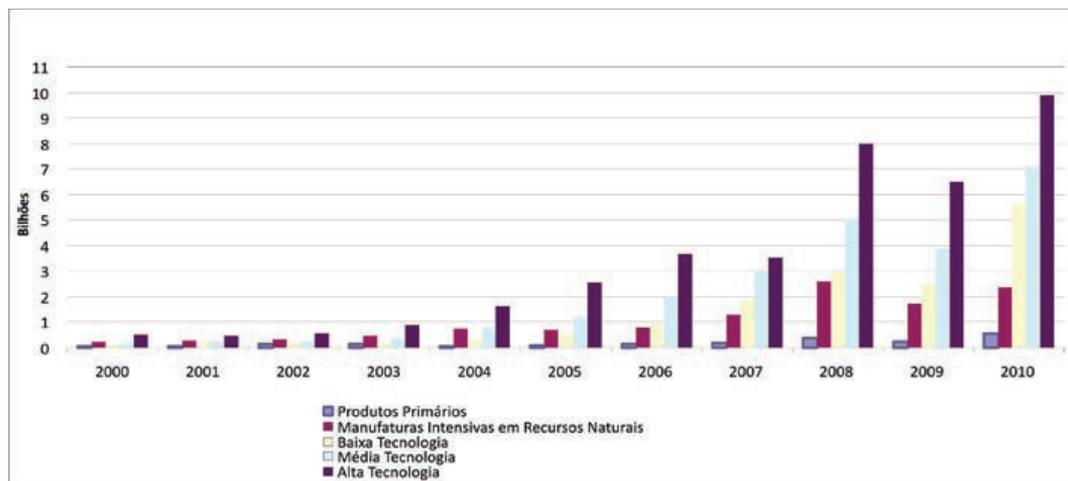
A pauta de importação do Brasil com a China por intensidade tecnológica mostra o seguinte comportamento: as importações de produtos de alta tecnologia aumentaram significativamente em termos de valores entre 2000 e 2010, saindo de US\$ 487 milhões em 2000 para US\$ 8 bilhões em 2008 e quase US\$ 10 bilhões em 2010 (Gráfico 6). A participação chinesa desses produtos no total importado brasileiro nunca foi menos que 36%, atingindo em 2005 uma participação de mais de 50%. Nos dois últimos anos essa participação tem caído ligeiramente, mas com destaque para o aumento das importações de produtos chineses de média intensidade tecnológica de 16% em 2000 para 44% em 2009. Justamente no segmento onde o Brasil tem mais dificuldade de acessar o mercado chinês por meio das exportações. A mesma tendência tem se manifestado no caso dos produtos de média intensidade tecnológica. As participações dos principais produtos chineses importados pelo Brasil em 2009 foram: máquinas e aparelhos elétricos (33%), caldeiras e máquinas mecânicas (20%), químicos orgânicos (7%).

Gráfico 5: Pauta exportadora do Brasil para a China, por intensidade tecnológica do produto



Fonte: UNComtrade.

Gráfico 6: Pauta importadora do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto



Fonte: UNComtrade,

Dessa forma, o saldo comercial do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto, registra superávits crescentes nos produtos primários e nas manufaturas intensivas em recursos naturais. Para as demais categorias (baixa, média e alta tecnologia) ocorre um aprofundamento do déficit comercial, particularmente para no caso dos produtos de mais alta intensidade tecnológica.

4.2 A ASCENSÃO DA CHINA COMO POTÊNCIA REGIONAL E GLOBAL (?)

Antes de iniciar a discussão da possível (ou não) ascensão chinesa na economia-mundo, devemos remontar as idéias de como o Leste Asiático emergiu como o centro mais dinâmico dos processos de acumulação em escala mundial. Se a região se tornar o centro de uma nova ordem mundial (a nova hegemonia) terá de encarar o desafio de transformar o mundo moderno em uma “comunidade de civilizações”.

Um dos sinais da crise da hegemonia americana se deu com a queda nas taxas de lucro do capital, o aumento dos salários e fatores de produção no fim dos anos 1960 e início da década de 70, o que impactou de maneira negativa na competitividade das empresas norte-americanas, sobretudo, quando novas formas de organização de base flexível começaram a atuar no Leste Asiático. Sobre este assunto, Wallerstein comenta:

desde por volta de 1970, a chamada ascensão da Ásia oriental tem sido um tópico maior de discussão entre os que se interessam pela evolução do sistema-mundo, esteja sua ênfase na economia mundial ou na geopolítica. O que a maioria das pessoas tem em mente é, em primeiro lugar, o extraordinário crescimento de todos os indicadores econômicos do Japão, comparados inclusive àqueles da década de 1960; em segundo a

ascensão subsequente dos chamados Quatro Dragões; e mais recentemente, o padrão contínuo do crescimento econômico no sudeste da Ásia e na República Popular da China (WALLERSTEIN, 2002, p. 67).

Os detalhes das vantagens do Leste Asiático serão explanados por Arrighi no livro *A ilusão do desenvolvimento* (1997)⁸. Ele mostra que o “milagre asiático”, inicialmente, foi um milagre japonês:

com um PNB per capita de pouco mais de um quinto (20,7%) do PNB per capita do núcleo orgânico, o Japão, em 1938, estava firmemente agrupado no grupo de Estados de renda média (semiperiféricos). Em 1988, em contraste, o PNB per capita do Japão era quase 20% mais alto do que o PNB per capita médio do núcleo orgânico (Arrighi, 1997, p.57).

No entanto, já ao longo da década de 1970 a ascensão do leste asiático deixa de ser um fenômeno essencialmente japonês:

considerando o Grupo dos Quatro [Coréia do Sul, Taiwan, Hong-Kong e Cingapura] como uma unidade, seu PNB per capita, enquanto percentagem do PNB per capita do núcleo orgânico – que havia crescido muito ligeiramente (de 8,5% para 9,3%) entre 1960 e 1970 – quase dobrou (de 9,3% para 17,7%) entre 1970 e 1980 (idem, p. 63).

No decorrer dos anos 1980, o Japão ultrapassa os Estados Unidos em diversos aspectos: produção, finanças e comércio, o que poderia levar ao início de um novo ciclo sistêmico de acumulação (FERRAZ, 2004). De acordo com Arrighi (1996, p. 356) “a crise de superacumulação impulsionou o capital japonês por uma via de expansão transnacional que logo iria revolucionar toda a região do Leste Asiático e, quem sabe, antecipar a eventual superação do regime de acumulação norte-americano”.

Entretanto, o Japão não consegue se consolidar como hegemonia mundial, pois o governo norte-americano vai reafirmar sua hegemonia por meio da financeirização no início dos anos 1990, mediante seu poderio militar no sistema interestatal. Este período constituiu, fazendo uma analogia, “*la belle époque*” americana, o que corresponde do ponto de vista histórico, a um momento de recuperação da nação hegemônica entre a crise sinalizadora e o caos sistêmico. Mesmo com a crise financeira japonesa e a reafirmação da hegemonia americana, depois dos acordos de Plaza em 1985, já foi comprovado que o modelo toyotista superou o padrão fordista americano (FERRAZ, 2004). Todavia, de acordo com Wanderley:

⁸ Arrighi detém obras que analisam a dinâmica da história e estrutura do capitalismo mundial, são elas: *O Longo Século XX, dinheiro, poder e as origens da nossa época* (1994); *A Ilusão do Desenvolvimento* (1998); *Caos e Governança no Sistema Mundial Moderno* (co-autoria com seu parceiro, Silver Beverly e vários outros colaboradores, 1999), e *Adam Smith em Pequim: Linhagens do Século XXI* (2007). Nelas são desenvolvidas os conceitos centrais de seu legado teórico: ciclos sistêmicos de acumulação; transições hegemônicas; e a ascensão chinesa liderada pelo Leste da Ásia como o centro emergente de uma economia mundial reorganizada.

não obstante, a exuberância da economia japonesa no pós-guerra e a sua significativa participação mundial na absorção de renda e capital, o que se verificou foi um alarme falso sobre a sua possibilidade de suceder os EUA, como a nova Nação hegemônica e do início de um 5º CSA. Isto se deveu ao fato dos Estados Unidos não ter seguido os padrões dos estados hegemônicos anteriores. Gênova, Holanda e Inglaterra -, pois em vez de exportar capital financeiro para o Japão, o que ocorreu foi uma atração de investimentos para a economia americana, especialmente do Japão no início da década de 80 (WANDERLEY, 2009, p. 18).

Muitos analistas, atualmente, identificam a China como melhor candidata a superar a hegemonia norte-americana devida, principalmente, ao seu substancial e sustentável crescimento econômico ao longo dos últimos anos. Já fazem menção à economia chinesa como a “oficina mecânica” da atualidade, no sentido da eficiência do seu sistema produtivo e da conquista de novos mercados, uma vez que a política de abertura foi lançada em 1979, a economia política da China passou a ser mais engajada no sistema-mundo (JIA 2005, p.501).

A ascensão da China à posição de potência econômica mundial – a ponto de desafiar a hegemonia econômica dos Estados Unidos, conforme discutido por Arrighi em “Adam Smith em Pequim” – é facilmente perceptível através da análise de algumas estatísticas referentes à sua economia. Os pais vêm apresentando uma impressionante taxa de crescimento anual de seu PIB, atingindo médias de 10% ao ano desde 1980 – taxa que se manteve constante mesmo com a crise econômica de 2008-2009. O PIB *per capita* chinês também vem apresentando um aumento impressionante, tendo saltado de US\$ 205,1 em 1980 para US\$ 4.282,9 em 2010 (ACIOLY, PINTO & CINTRA, 2011).

No aspecto político, no que pulsa ao seu domínio internacional, a China é vista como um elemento combinado e um polo rotativo às grandes potências ocidentais. Dessa forma, ela tem ressaltado o valor das propostas multilaterais e avivado um condicionamento para assumir um papel ativo na comunidade internacional.

No que tange o plano econômico, a China tem investido intensamente com o propósito de dar continuidade às políticas desenvolvimentistas, implementadas por Deng Xiaoping no fim da década de 70, esforçando-se em transformar seus recursos em ampliação de influência internacional.

Vale ressaltar que o grande salto de crescimento que a economia chinesa tem indicado, a partir da década de noventa, são frutos obtidos com um modelo alternado de desenvolvimento – economia socialista de mercado ou socialismo com peculiaridades chinesas – pelo o qual o governo de Beijing busca não perder as rédeas.

No aspecto interno, as melhoras e a abertura política acabaram provocando modificações e transformações na esfera socioeconômica. Atualmente, os políticos

dirigentes chineses encaram um duplo desafio: garantir, de um lado, o equilíbrio interno do país sobre uma sociedade que ainda não alcançou um patamar homogêneo de desenvolvimento humano e, de outro, tender à manutenção do Partido Comunista chinês no poder.⁹

Perante a essa conjuntura, o ingresso internacional da China está proferida para compatibilizar as obrigações e anseios domésticos do país com as probabilidades externas do contexto global. Sendo assim, a prioridade da política exterior chinesa é dar continuidade aos programas de desenvolvimento e garantir o equilíbrio doméstico no país. Essa diretriz dita o aprofundamento da inclusão internacional da China, em que é preciso considerar o alcance de fatores externos e internos nessa dinâmica.

A pergunta que se coloca neste momento é se estas características institucionais que garantiram o sucesso da reforma na China serão igualmente válidas para um cenário de mudança interna e externa radical.

O longo ciclo de globalização que beneficiou o desenvolvimento da China se transforma com a crise de 2008. A passagem de um país de renda média para uma sociedade de bem-estar e de gestão da inovação implica em escolhas internas e externas complexas. O mundo do “catching-up”¹⁰ deixa de ser a referência fundamental e dá lugar a escolhas e opções de trajetórias industriais e percursos tecnológicos com diferentes conseqüências para o emprego e o crescimento econômico. Mudam as regras de competição interna e externa. Sai-se de um mundo em construção aonde as situações “win/win”¹¹ são numerosas para um mundo mais incerto de ganhos, mas com muitas perdas.

4.3 BRASIL, CHINA E SEUS ACORDOS

Ao observar o Brasil e a China, pode-se imaginar que se tratam de países completamente diferentes, possuindo poucas semelhanças entre si. Fatores como a distância geográfica e as diferenças histórico-culturais são os responsáveis por tal visão. De fato, esses dois fatores são verdadeiros e servem para diferenciar os povos.

O Brasil e a China estão entre as principais economias em desenvolvimento. Em termos de extensões territoriais e demográficas, encontram-se na lista dos cinco maiores do mundo. Além disso, apresentam dificuldades semelhantes, como, por

⁹ HU, Angang. *The Grand Strategy of China*, Beijing, Zhejiang Renming, 2003. Pag. 7

¹⁰ Meio pelo qual as empresas que iniciam suas atividades numa condição de recursos escassos buscam conhecimento de fora a fim de construir e acumular suas próprias capacidades. Assim, para uma empresa construir suas capacidades inovadoras, a alavancagem de recursos externos é um dos principais meios para executar a estratégia de *catching-up* e/ou de liderança na fronteira tecnológica (*overtaking*).

¹¹ Corresponde uma estratégia de dinamismo em que todas as partes envolvidas saem beneficiadas, foi a palavra-chave para perceber os caminhos futuros de uma região com enorme potencial e onde ainda existem grandes assimetrias.

exemplo, as denominadas “ilhas de modernidade”¹² que convivem com elevado índices de desigualdades socioeconômicas. O Brasil, por exemplo, possui uma das piores distribuições de renda nacional do planeta; a China é caracterizada por grandes diferenças entre o urbano e o rural.

Apesar de ter tido maior destaque na pauta de exportações brasileiras só a partir dos anos finais do século XX, as relações entre Brasil e China remontam a tempos mais antigos. Na primeira metade do século XX, as relações sino-brasileiras foram majoritariamente diplomáticas. Em 1949, quando da Revolução Chinesa e da divisão do país em República Popular da China (China Continental) e República da China (Taiwan) o Brasil reconheceu apenas a última, seguindo diretrizes prescritas pelas políticas de alinhamento aos Estados Unidos, que predominava no Brasil na época.

Nos anos 60, os contatos com a República Popular da China foram retomados, com uma visita de uma missão comercial brasileira para Pequim, liderada pelo vice-presidente brasileiro na época, João Goulart. O golpe militar de 1964, entretanto, fez com que as experiências de aproximação com os chineses fossem relegadas a um segundo plano, de forma que a situação começou a mudar apenas em 1974, quando o presidente Ernesto Geisel reatou as relações diplomáticas com a República Popular da China (ou simplesmente China). Desde esta época, o relacionamento, principalmente comercial, sino-brasileiro vem se desenvolvendo de maneira contínua.

O paradigma da parceria estratégica sino-brasileira remete a um caráter preferencial e diferenciado desse relacionamento bilateral dentro do universalismo da política externa. Os elementos que dão sentido à natureza estratégica da aproximação dos maiores países em desenvolvimento do sistema foram identificados pelos ex-presidentes Zhu Rongji, em maio de 1993, e Jiang Zemin, em novembro de 1993. E reafirmados pelo atual presidente Hu Jintao, em maio de 2004, sendo inclusive, implantados no comunicado conjunto firmado entre o Brasil e a China durante a visita do presidente Luis Inácio Lula da Silva àquele país.

De fato, a iniciativa de classificar o relacionamento bilateral como estratégico partiu da China. Zhi Rongji considerou a relação sinérgica entre “o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental com o maior país em desenvolvimento no hemisfério ocidental” (ZHI RONGJI *apud* FUJITA, 2003, p. 64) e Jian Zemin delineou os princípios para orientar e estender a cooperação sino-brasileira que foi reafirmada, posteriormente, por Hu Jintao. A cooperação com países em desenvolvimento foi caracterizada, não somente como uma escolha lógica para promover o desenvolvimento comum, mas como o principal instrumento para construir uma ordem internacional justa. Conforme Jintao: “Fortalecer a

¹² São áreas urbanas onde se agrupam comércio dinâmico, indústrias, centros de tecnologia, instituições financeiras, escolas, universidades e etc e onde há uma população com um bom padrão de qualidade de vida.

solidariedade e a cooperação com outros países em desenvolvimento é um princípio básico da política externa da China” (JINTAO, 2004, p. 1).

Com relação ao Brasil, Hu Jintao reafirmou os quatro acordos para o desenvolvimento das relações bilaterais. E salientou que o aprofundamento da parceria estratégica trará prosperidade e progresso para ambos, além de contribuir para o desenvolvimento global:

trinta anos atrás, a China e o Brasil, os dois maiores países em desenvolvimento no hemisfério leste e oeste, deram as mãos em um movimento histórico para estabelecer as relações diplomáticas. Hoje, trinta anos mais tarde, nós estamos construindo uma parceria estratégica com conotações cada vez mais ricas. Os dois países cooperam de forma próxima, fornecem apoio mútuo nos assuntos internacionais e estão comprometidos em impulsionar o estabelecimento de uma nova ordem internacional política e econômica justa e sensata (HU, 2004, p. 1).

Entre os diversos acordos, destacam-se quatro deles, como os mais importantes por retratarem o amplo alcance de suas relações estratégicas:

Primeiro, a expansão do intercâmbio econômico e comercial tem em vista a complementaridade das economias e o objetivo de promover a prosperidade mútua. O comércio constitui uma importante ferramenta de desenvolvimento econômico e social e, neste sentido, deve ser explorado para suprir as necessidades de consumo e de crescimento das sociedades como um todo. Segundo, o incentivo ao diálogo estendido tem como objetivo fortalecer a confiança política mútua. O terceiro princípio é formado com base no segundo, e aborda a cooperação política nos organismos multilaterais e frente aos diversos temas da agenda internacional. A coordenação e o apoio mútuo nos debates e negociações vêm a beneficiar os interesses sino-brasileiros, convergente nestas instâncias em razão da identidade partilhada por países em desenvolvimento. E o quarto princípio corresponde à promoção do conhecimento mútuo, tendo em vista o entendimento bilateral e o desenvolvimento da cooperação nos mais diversos campos. A cooperação científico-tecnológica, para o desenvolvimento conjunto dos satélites de monitoramento terrestre (CBERS), é identificada como um modelo de Cooperação Sul-Sul (CSS)¹³.

O projeto CBERS é o emblema da parceria estratégica entre o Brasil e a China e um paradigma de cooperação entre países em desenvolvimento. A singularidade desse projeto está na incorporação de elementos de alta tecnologia, beneficiando os setores científico tecnológicos e a indústria de cada país, e no significado político comercial da

¹³ O termo vem sendo usado, talvez com recorrência inédita, por acadêmicos, políticos e jornalistas. Em termos gerais, ele é empregado para dar referência a um amplo conjunto de acontecimentos relativos às relações entre países em desenvolvimento – focando desde a formação temporária de coalizões na esfera de negociações multilaterais até o fluxo de investimentos privados. Para outros, a CSS diz respeito a um âmbito geográfico específico.

quebra de monopólio de uma tecnologia originalmente detida pelos países desenvolvidos (ASFORA, 2004; FUJITA, 2003).

Os interesses da China que levaram à alcunha do relacionamento com o Brasil como estratégico envolvem a necessidade crescente de insumos para fomentar o desenvolvimento econômico nacional e sua demanda por recursos alimentícios, ou seja, o acesso às riquezas naturais abundantes no Brasil. O interesse em assegurar o fornecimento destes recursos em longo prazo e com custos mais baixos estimulou a pré-disposição chinesa em participar dos projetos de investimento na infraestrutura brasileira.

Nos fóruns multilaterais há o interesse comum em corrigir a lógica distorcida do comércio internacional, que preserva o interesse dos países desenvolvidos em detrimento daqueles dos países em desenvolvimento, uma vez que o livre comércio pregado pelos primeiros não é aplicado de forma plena aos produtos em que os segundos detêm vantagens comparativas.

O que destaca ao se comparar as duas economias é o ritmo de expansão. Entre 1990-2003, a economia chinesa cresceu quatro vezes mais rápido que a brasileira, pelo critério de renda per capita (8,5% contra 1,2% ao ano).¹⁴

Sendo mais expressivos, os investimentos externos diretos (IEDs) na China não atenuaram com a queda mundial presenciada pós-2000, ao contrário do Brasil. Durante 2003, as entradas de IED's para a China acabaram representando 9,6% do total mundial, contra 1,8% para o caso brasileiro, isto se deve ao término do programa de privatizações e ao nível baixo de crescimento econômico examinado no país. Até 1999, o Brasil habituou-se a graus de endividamento externo e elevados déficits em transações correntes, ao passo que o destaque foi pra China, ao incrementar as suas reservas internacionais.

A eficaz diferença entre o Brasil e a China reside, aparentemente, na ligação entre exportações e investimento, o que acabou permitindo a ampliação da capacidade de produção na China, enquanto que no Brasil e em outros países latino-americanos a redução cambial trouxe adulterações severas nas taxas de crescimento e investimento, apelando estes países a políticas monetárias rígidas.

Por fim, segundo as camadas delineadas pela UNCTAD¹⁵ a China poderia ser qualificada como um país de industrialização rápida, que presencia uma modificação estrutural da sua base produtiva; ao passo que no Brasil, se a abertura não trouxe a

¹⁴ Fonte: World Bank Group < www.worldbank.org >

¹⁵ Capital Accumulation, Growth and Structural Change, in: *Trade and Development Report 2003*, Geneva: UNCTAD, 2003.

desindustrialização, preveniu que o país diversificasse a sua base industrial e causasse um salto de competitividade nos segmentos mais dinâmicos do comércio internacional.

5 CONCLUSÃO

O futuro do Brasil-China constitui um desafio constante para as decisões dos políticos e analistas. Embora os dois países possam ser definidos genericamente como emergentes, potências regionais com ambições globais, esta definição não fornece uma estrutura capaz de captar todas as nuances do relacionamento.

A China e o Brasil, no comércio, apesar de haver lucratividade para ambos os países na última década, a relação está se tornando cada vez mais assimétrica. Alguns chegam a argumentar que o aspecto “Norte-Sul” da relação comercial Brasil-China é um prenúncio de mudanças profundas e dramáticas na economia do Brasil, como a desindustrialização¹⁶.

Quanto aos investimentos, a disparidade entre os dois países em termos de indicadores de governança e fluxo de capital indica um paralelo intrincado. Embora o argumento inicial sugira que a China tem a vantagem, um olhar mais atento revela que a correlação entre boa governança e investimentos é real no longo prazo. Tanto a China quanto o Brasil têm aumentado os investimentos estrangeiros diretos no exterior, principalmente na América Latina, África e Ásia¹⁷.

Arrighi, a partir de sua formulação dos ciclos hegemônicos, entende que a partir da crise dos anos 70 instaurou-se um período de forte expansão financeira, que marcaria o “sinal de outono” do fim de um ciclo hegemônico americano. Além disso, estaríamos em um período de intensificação da concorrência interestatal e interempresarial, de escalada dos conflitos sociais e do surgimento de novas configurações de poder, no caso, a China.

Dadas as dimensões territoriais, econômicas e populacionais de um país como o Brasil, talvez seja pertinente uma investigação mais detalhada sobre as implicações, para nosso país, da ascensão chinesa.

Dentro dos limites de um artigo acadêmico, este trabalho, em andamento, procurou apontar alguns aspectos, muitas vezes controversos e passíveis de debate, sobre a relação Brasil e China. A ideia principal foi apenas apresentar tópicos dessa relação, bem como apresentar brevemente duas abordagens – Teorias de Comércio Internacional e Economia Política dos Sistemas-Mundo - e tentar estabelecer comparações entre os

¹⁶ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação do setor industrial do PIB do Brasil caiu para 15,5 por cento em 2009, o valor mais baixo desde 1947.

¹⁷ O investimento chinês na América Latina entre 2008 e 2009 (de US \$ 3,7 bilhões em 2008, para US \$ 7,3 bilhões em 2009) sugere que o papel da China na região continua a acelerar em um ritmo rápido. Estatísticas do Ministério do Comércio da China indicam que, depois da Ásia, a América Latina é o segundo maior destino de investimentos chineses.

elementos chaves de cada uma das teorizações e de suas interpretações distintas da relação bilateral vigente entre esses dois países.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, L.; PINTO, E.; CINTRA, M. A China na nova configuração global. Brasília: Ipea, 2011.
- ASFRORA, Carlos Alberto Lopes. Haia, 27 de junho de 2005. Entrevista concedida a Patrícia Paloschi Dick
- ARAÚJO, Paulo Henrique Furtado de. Rev. Univ. Rural, Sér. Ciênc. Humanas Vol. 23(2): 169-182, jul./dez. 2001
- ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. *Economia Política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi*. Ensaios FEE, v. 8, n. 1, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. (Coleção Zero à Esquerda). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- _____. *O Longo Século XX*. São Paulo: Unesp, 1994.
- _____. *Adam Smith em Pequim – Origens e fundamentos do século XXI*. Boitempo, São Paulo, 2008.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. O Tempo do Mundo. Martins fontes. São Paulo, 1996.
- BRUM, Argemiro Luís. *Economia Internacional - uma síntese da análise teórica*. Parte I. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.
- FARIA, Fernando Antonio. *Economia Brasileira e Pensamento Econômico Independente*. XVII Jornadas de Historia Económica da Asociación Argentina de Historia - AAHE; 2000.
- FERRARI, FILHO Fernando. *Economia Internacional*. In: SOUZA, Nali de Jesus. *Introdução à Economia*. São Paulo: Atlas, 1997.
- FERRAZ, C.L. Os EUA e o bloco histórico americanista: Hegemonia, crise e estratégias de recomposição. POLITEIA: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v.4, n.1, p. 183-210, 2004.
- FUJITA, Edmundo Sussumu. O Brasil e a China – uma parceria estratégica modelar. *Política Externa*. Vol. 11, n. 4, p 59-70, 2003.
- GONÇALVES, Reinaldo et al. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 4ed. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Editora da UFRGS / Contraponto, 2002.
- HU, Angang. “The Grand Strategy of China”, Hangzhou, Zhejiang Renming Press, 2003
- HU, Jintao. *Joining hands to enhance friendship beteen China and Latin America*. Brasília, November 12, 2004. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zyjh/t170363.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

JIA, Q. *Peaceful Development: China's Policy of Reassurance*. Australian Journal of International Affairs 59, (4), 493-507, 2005.

KRUGMAN, P. & OBSTFELD, M. *Economia Internacional: teoria e política*. São Paulo: Makron Books, 2001.

MAIA, Jaime de Mariz. *Economia internacional e comércio exterior*. São Paulo: Atlas, 2001.

PIRES, Hindenburgo F. *Teoria das Longas Ondas e Os Ciclos da Indústria Mundial*, São Paulo, USP, 1996, Tese de Doutorado.

RAINELLI, Michel. *Nova teoria do comércio internacional*. Tradução: Ribeiro, Viviane. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

SALVATORE, Dominick. *Economia Internacional*. Rio de Janeiro. Livros Técnicos Científicos (LTC), 1999.

SHANG, Deliang. *Political cooperation between China and Brazil VS. multipolarization*. Rio de Janeiro, novembro de 1999. Disponível em <http://www.relnet.com.br>

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

THORSTENSEN, V. *Perfil da política e instrumentos de comércio internacional dos BRIC's: China, Índia e Brasil*. Nota Técnica – Projeto regulação do comércio Global. IPEA: Brasília, março de 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar las ciencias sociales – Límites de los paradigmas decimonónicos*. Siglo Veintiuno editores. 1999.

_____. *O fim do Mundo como o Concebemos: ciências social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WILLIAMSON, John. *A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Site: United Nations Commodity Trade Statistics Database, 2010. Disponível em: <www.comtrade.un.org>. Acesso em 24.10.2011.

WEBSITES:

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), <www.desenvolvimento.gov.br>.

Data de submissão: 05/08/2012

Data de aprovação: 29/11/2012

